



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8701 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

SER DOUTOR NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES CIENTÍFICO-EDUCATIVO-CULTURAL-FILOSÓFICO E POLÍTICO

Zanete Almeida Gusmão - UEPA - Universidade do Estado do Pará

Salomão Antônio Mufarrej Hage - UFPA - Universidade Federal do Pará

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA – IEMCI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

SER DOUTOR NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES CIENTÍFICO-EDUCATIVO-CULTURAL-FILOSÓFICO E POLÍTICO

Belém/Pa

2020

**SER DOUTOR NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES CIENTÍFICAS-EDUCATIVAS-
CULTURAIS-FILOSÓFICAS E POLÍTICAS**

*Quando o horizonte está turvo e os caminhos confusos,
é hora de buscarmos na memória, em nossa trajetória,
o momento em que nos perdemos no caminho.*

Dos indígenas Wayuu-Añuu que habitam
as margens do Lago Maracaibo, atual Venezuela.

RESUMO

O artigo apresenta reflexões sobre ser doutor na Amazônia no século XXI, ressaltando a importância, os desafios e as perspectivas no exercício de suas funções científica-educativa-cultural-filosófica e política em um território complexo, permeado por disputas e conflitos entre o capital e as populações tradicionais com a convivência do Estado e a negação de direitos fundamentais em especial a educação em todos os seus níveis de ensino. Para embasar nossas reflexões utilizamos como base teórica autores que se dedicam ao estudo da Amazônia, do neoconservadorismo e da educação. Este estudo utilizou como procedimentos metodológicos a análise documental dos estudos realizados por esses pesquisadores. Como resultado ficou evidente que ser doutor na Amazônia no século XXI requer desse profissional empoderamento, engajamento e responsabilidade para o exercício de sua profissionalidade, como forma de fortalecer as lutas por

uma educação de qualidade social que ainda tem sido negada as populações que pertencem e produzem nesse território. Nossa intenção não é esgotar o debate sobre a questão e sim contribuir com a reflexão teórica e fortalecer o debate sobre essa temática que consideramos importante e relevante para fortalecer as bases que consolidam as políticas públicas educacionais no contexto amazônico.

Palavras-chave:

Educação – Amazônia/Amazônias – poder

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise reflexiva sobre ser doutor na Amazônia no século XXI, ressaltando a importância, os desafios e as perspectivas no exercício de suas funções científico-educativo-cultural-filosófico e político, considerando a territorialidade em que este profissional está situado, seu engajamento no exercício de suas funções como formador de professores em um contexto permeado por disputas de poder.

Esta análise é resultado de estudos realizados na disciplina Formação de Professores de Ciências e Matemática do Programa de pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática – IEMCI e de nossa participação como membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ da Universidade Federal do Pará – UFPA. Participar desse grupo nos garantiu um acúmulo de experiências e vivências que permitiram redimensionar nossa prática como educadora e cunharam nossa militância profissional e política pela garantia de direitos para as populações e povos tradicionais das Amazônias.

Todavia, ressaltamos que dada a amplitude das questões aqui propostas não temos a pretensão de esgotar a temática em tela, porém, nossa análise será bem delineada e ressaltará questões importantes para que este artigo consiga explorar e ampliar com bastante respeito ao estudo.

AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS: TERRITÓRIOS DA DIVERSIDADE, DISPUTAS, TENSÕES E CONFLITOS SOCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS

Existe uma Amazônia da diversidade, com características ambientais, produtivas e culturais que fazem vir à tona questões importantes relativas a sua biodiversidade, as formas como se relacionam os sujeitos coletivos que nela vivem, a luta por garantia de direitos desses sujeitos e a sustentabilidade de seu território.

São múltiplas e variadas as formas como conhecemos a Amazônia:

- Aspecto biogeográfico é definida como Bioma Amazônia, está coberto principalmente por uma floresta tropical densa, composta por nove países da América do Sul, sendo eles: Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e Equador, esse território segundo SANTOS, D., et al. (2014), abrange 7,8 milhões de Km² de extensão, dos quais 65% pertence ao Brasil e representa 1/20 da superfície do

planeta, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil.

- Aspecto hidrográfico definido como Bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, constituída pela bacia do Rio Amazonas e pelas bacias formadas por todos os seus afluentes, possuindo 7 milhões de Km², estando quase 50% no Brasil.
- Aspecto político legal que se constitui em uma divisão político-administrativa brasileira, com 5 milhões de Km², composta por nove estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), totalizando 53% do território brasileiro.

Ainda temos a Amazônia Azul, composta por sua diversidade biológica marinha, conhecida por poucos, bastante cobiçada e já muito explorada pelo grande capital. Falar da Amazônia é adentrar um território complexo, múltiplo e diverso, com culturas, saberes, tradição, onde habitam povos tradicionais que há séculos estabelecem uma convivência de respeito e gratidão pela natureza, cientes de sua magnitude e importância para sua existência e continuação das novas gerações.

De outra forma, somos herdeiros de um passado colonialista violento com invasões de terras, submissão dos povos, obrigando-os a assumirem a cultura do invasor que massacra, domina e destrói, esta herança tem prevalecido até os dias atuais, com um território cobiçado e alvo de exploração ambiental, mineral e hídrico, culminando com a grilagem de terras por empresários e latifundiários inescrupulosos que com a conivência do Estado utilizam de força coercitiva, expulsando populações tradicionais e nações indígenas de seus territórios.

Ao mesmo tempo que “vende” a falsa ideia de que as populações tradicionais que habitam a/as Amazônia/s são atrasadas e não têm condições de melhorar suas condições de vida e modernizar aquele território, as elites oligárquicas incutem também uma visão de que o padrão sociocultural de modernidade a ser copiado é o europeu e o norte americano, que se apresenta como “universal e superior”, portanto, deve ser seguido por todos os povos do planeta. Esta questão é inquietante, pois para muitos brasileiros e europeus é esse o entendimento, consideram que a Amazônia precisa da condução dos americanos e europeus para superar seu “atraso”.

Essa compreensão demonstra que esses brasileiros e europeus desconhecem e até mesmo negam todo o saber acumulado pelas populações, comunidades, povos tradicionais e outros que na sua convivência com a biodiversidade amazônica, experienciando sua complexidade fizeram emergir e estabelecer um acervo cultural que lhes coloca na vanguarda para discutir e indicar um processo de desenvolvimento mais humano e incluyente que valorize as Amazônias sem destruir seus ecossistemas e sua diversidade sociocultural.

Diante das reflexões acima feitas, partiremos para outra análise sobre a importância de ser doutor na Amazônia e das responsabilidades que esta titulação acarreta para esses profissionais atuarem em uma região tão complexa e permeada por interesses do grande capital nacional e internacional.

SER DOUTOR NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI: REMANDO CONTRA A MARÉ EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES E NOVAS TRAJETÓRIAS

A partir da reflexão feita acima, nos preocupou encontrar caminhos que nos

conduzissem à reflexão sobre o protagonismo do educador brasileiro em uma educação de raízes histórico-cultural, com capacidade de captar os conflitos e desafios, utilizando o conhecimento científico como ponte para o diálogo com os saberes produzidos pelos sujeitos no seu cotidiano. Apoiamo-nos nos estudos gramscianos quando afirma que os professores cumprem um papel importante, uma vez que como *intelectuais orgânicos* possuem o potencial de atuarem na transformação da sociedade, em diferentes intensidades, uma vez que depende de sua formação e do papel social que assumem.

Uma questão posta é o fato de que *ainda temos uma visão outorgada do direito a educação*, ARROYO (2011), nossos sentidos nos levam a enxergar esse direito como dado pelos “donos” do conhecimento que dão “licença” para que as classes populares possam estudar. Essa é a forma que as elites encontram de se manter no poder, criam e põem em prática essa onda neoconservadora, subtraindo um direito constitucional fundamental da infância, adolescência, jovens e adultos, construindo uma “teia” que impede que esses sujeitos compreendam que o direito a educação não é algo outorgado, mas uma construção e afirmação histórica.

Neste cenário temos os *populistas autoritários*^[2] - que estão alinhados nas denominadas “bancadas do boi, da bala e da bíblia e que ascenderam ao poder através do voto, encontram-se nas câmaras federais e assumem uma postura conservadora, demandando propostas para setores estratégicos, como por exemplo, a educação – neste setor estão em especial os neopentecostais conservadores, que com suas exigências e imposições tentam legislar em causa própria, elaborando leis conservadoras que na maioria das vezes ferem a Constituição. É um grupo profundamente alinhado com o mercado, que utiliza palavras abstratas, mas de grande apelo popular afirmando que “Deus lhes disse que esse é o único e verdadeiro caminho”.

Estamos diante de uma estratégia de redefinição global das esferas, política social e pessoal, com os meios de comunicação assumindo um papel de destaque, controlando e proclamando os ideais liberais como o livre mercado e a livre iniciativa, de forma didática e simplificada para alcançar um público determinado, utilizando a escola, estimulando a alteração do currículo, com a finalidade de garantir uma *preparação estreita para o local de trabalho*. SILVA (1994).

Na Amazônia, esse arranjo é veiculado amplamente, sustentando a ideia de que seu território, rico e diversificado necessita de um “desenvolvimento” urgente, a partir da ajuda de grandes investidores, que prometem um grande progresso para essa região. Desta forma, essa onda neoconservadora torna-se ainda mais forte, haja vista o extenso território e a chegada – tão comemorada – de grandes oligarquias com grande poder coercitivo que não hesitam em utilizar de violência para garantir a manutenção da “ordem”. São verdadeiros coronéis *modernos* que com seus grupos armados impõem seus interesses sem qualquer preocupação com o cumprimento das leis, com a certeza da impunidade que o estado patrocina.

Após a análise aqui desenvolvida nos interessa fazer emergir a discussão sobre a função do profissional da educação neste cenário complexo de plataformas neoconservadoras, com suas agendas de controle, aliada ao discurso de “um bom padrão de qualidade”. Nossa compreensão é de que faz-se necessário que este profissional identifique a contradição existente neste discurso, este é um passo importante para que este demarque seu posicionamento nesta conjuntura e formule propostas que embasem práticas de enfrentamento dos desafios que se apresentam na Educação das Amazônias, desenhadas em um padrão social e geográfico de poder, onde o enfrentamento de grupos/classes sociais se enfrentam.

Aqui utilizamos o pensamento dos indígenas Wayuu-Añuu, posta no início deste artigo que afirma “*Quando o horizonte está turvo e os caminhos confusos, é hora de buscarmos na*

memória, em nossa trajetória, o momento em que nos perdemos no caminho". Este pensamento nos remete à importância de nós profissionais da educação fazermos uma autoanálise de nossa caminhada acadêmica, reconhecendo nosso inacabamento, corrigindo o percurso que parece-nos desviar do entendimento progressivo de mundo, do lugar em que nos encontramos e das filosofias que sustentavam uma trajetória docente comprometida com valores éticos, estéticos e humanos que contribuirão para a reforma de práticas que desvelarão um horizonte preñado de novas práticas que convergem para uma educação de qualidade social.

Nos convence a afirmação de FREIRE (2011, p. 114) quando este diz que *a contribuição do educador brasileiro à sua sociedade deve estar voltada para a melhoria dos seus padrões, deveria ser a de uma educação crítica e criticizadora*, de raízes histórico-culturais que impulse e alargue a capacidade dos homens e mulheres de superarem os desafios impostos pelos "donos" do poder. Torna-se necessário e urgente que este profissional assuma a tarefa de alterar radicalmente a forma como pensa, redimensionando seus conceitos e buscando novas formas de compreender sua identidade.

Ao compreender-se neste cenário este profissional passa a reconhecer a desumanização que está por trás das políticas econômicas, sociais e educacionais, passa a reconhecer o silenciamento das massas, a negação do "ser" e a exaltação do "ter". Vale citar FREIRE (1987, p. 44) quando este afirma que *"Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão"*. Assim, cabe ao educador contribuir para que os sujeitos da ação educativa se pronunciem, expressando suas culturas e identidades, cujas raízes estão na defesa da vida e da dignidade humana, lhe cabe ainda denunciar este silenciamento como reprodução do poder dominante que transforma homens e mulheres em objeto, coisificado pelo *não ser*.

Para pronunciarem-se nesta arena de conflitos torna-se necessário que os educadores se posicionem como *mediatizadores* de um diálogo que concorra para uma educação como *prática da liberdade*. Pois como afirma FREIRE (1987, P. 100) e nós concordamos:

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer "bancária" ou de pregar no deserto.

É somente na condição de protagonista que os homens e mulheres conseguem reconhecer-se em condições de reverter sua condição de oprimidos, no diálogo crítico e militante que a desesperança construída na injustiça supera o silêncio do desalento e faz-se liberdade e restaura a humanidade antes perdida no mar de submissão.

Assim, nas escolas, universidades e outros espaços educacionais cabe-nos a responsabilidade de provocar e promover uma ruptura com as artimanhas maniqueístas do projeto neoliberal, utilizando o conhecimento acumulado, nos posicionando a favor de uma educação democrática de qualidade, que resgate os valores de uma sociedade mais justa e igualitária.

Concordando com os estudos de Hage (2000) quando este compara as estratégias de

disputa pelo projeto político educacional brasileiro à uma *guerra de posição*, em que o mais importante não é dominar a “trincheira do inimigo”, assumindo seu lugar na disputa, mas fundamentalmente fortalecer toda a estrutura da sociedade, incluindo o Estado e as instituições da sociedade civil, tendo como ponto de partida reelaborar as relações de poder, rompendo com as anteriormente existentes.

Este profissional ao reconhecer-se pertencente às Amazônias, um território de múltiplas territorialidades, como pesquisador/educador/militante assume uma responsabilidade social, acadêmica, política e cultural, dando visibilidade a este território, a partir de ações e reflexões realizadas em seus estudos, empoderando-se na constituição de uma prática consciente e coerente com as finalidades de uma educação transformadora e libertadora, certo de que a razão teórica não está apartada da razão histórica.

Um outro ponto que convém ressaltar é que não será possível romper com uma educação conservadora sem que o professor crie condições que oportunizem a aproximação da escola, da universidade e outros espaços educativos institucionais dos movimentos sociais populares e anti-sistêmicos, assim como de organizações governamentais e não-governamentais, criando grupos de pesquisa e redes sociais, cujo universo ampliado, múltiplo e inclusivo apoiem a luta contra as tensões e os dissensos e fortaleçam as convergências e consensos que concorram para a efetivação da resistência, da re-existência e da luta pela garantia dos direitos constitucionais tão vilipendiados nas Amazônias.

É evidente que ao desencadear esse processo deve-se ter clareza que foi constituído um projeto contra hegemônico de educação e de sociedade que atenderá aos interesses e necessidades das classes, grupos e coletivos das populações amazônicas trabalhadoras do campo e da cidade. Isso dará visibilidade e poder aos povos subalternizados, a partir de nossa práxis acadêmica e política comprometida com as demandas desses povos, é mister a construção de agendas com nossas próprias lutas pela vida com dignidade, pelo nosso território que as populações tradicionais compreendem como um grande patrimônio, ecológico e cultural de onde, a partir de suas relações produzem saberes que aliados ao conhecimento por nós acumulados podem fortalecer e ampliar, reconhecendo e ressaltando o protagonismo dessas populações.

Esta nova constituição de forças não pode prescindir da estreita relação com os movimentos sociais, para que o processo de resistência às estratégias neoliberais se fortaleçam, afirmando os interesses daqueles e daquelas que nem sempre são “minorias”, mas que assim são tratados e mantidos às margens de decisões estratégicas que são efetivadas no lugar em que vivem. Por isso a presença e atuação de um profissional da educação engajado técnica, social, econômica, política e culturalmente torna-se imprescindível neste contexto.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CORRÊA, Sérgio & HAGE, Salomão. Artigo publicado na Revista NERA n.18(14). 2011

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14ª edição. RJ: Paz e Terra, 2011

GONÇALVES, Carlos W. P. Amazônia, Amazônias. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, Carlos W. P. Amazônia: Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso”, Editora Consequência, 2018.

BROSSBERG, I. Pedagogy in the presente: politics, postmodernity, and popular. In: SILVA, Tomaz T. da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. Ed. Vozes. Petrópolis, 1994.

SANTOS, D., CELENTANO, D., GARCIA, J., ARANIBAR, A., & Veríssimo, A. 2014. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: IPS Amazônia 2014 (p. 102). Belém: Imazon e Social Progress Imperative. IN: <http://imazon.org.br/indice-de-progresso-social-na-amazonia-brasileira-ipsamazonia-2014/#ancora1>. Acesso em 18/03/2016.

SILVA, Tomaz T. da e GENTILI, Pablo A. A. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Ed. Vozes: Petrópolis, 1994

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes. In: ____ (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 129-154.

[1] Termo utilizado por Porto-Gonçalves em seu livro “Amazônia: Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso”, Editora Consequência, 2018.

[2] Termos utilizados por Michael W. Apple em seu livro *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez. 2003.